



de R\$ 50,00) de modo a cobrir as propostas da impetrante. O que presume-se levar ainda mais tempo para elaboração de cálculo e lance.

Tal fato pode ser observado inclusive como base os 2 (dois) últimos lances do pregão, vejamos:

- participante 177 (suspeita de uso de software) – R\$ 8.844.960,00 às 11:50:19
- participante 185 – R\$ 8.845.000,00 às 11:50:18

Nota-se que houve uma redução de R\$ 40,00 (quarenta reais) em apenas 1 (um) segundo.

Como fato didático para a análise do presente mandamus vale trazer a informação do guiness book onde o detentor do recorde mundial de digitação, inclusive um brasileiro conseguiu tal façanha ao digitar 160 caracteres em 18 segundos ou seja, uma média de 8,88 caracteres por segundo, vejamos:

“Nove letras por segundo. Essa é a taxa de digitação de Marcel Fernandes Filho. O adolescente brasileiro entrou para o Guinness World Records, o livro dos recordes, como o digitador mais veloz do mundo em tela sensível ao toque. (Informação colhida em 31/07/2019 às 19:13 no site <https://exame.abril.com.br/tecnologia/adolescente-brasileiro-quebra-recorde-de-digitacao/>)”

Portanto ainda que o Recordista mundial trabalhasse na empresa Impetrada não seria possível realizar o lances em apenas 1 segundo visto que além da digitação do lance seria necessário calcular a proposta, digitar o CAPTCHA, enviar digitar o enter para envio da proposta, portanto é inconteste a utilização de softwares “robôs” pela impetrada.

Como forma de esclarecer a real utilização de robôs a **impetrante solicitou a realização de laudo técnico onde ficou constatada a real utilização de robôs**. Sendo que na ocasião inclusive fora elaborada petição de denúncia junto ao Tribunal de Contas do Estado, onde em liminar fora suspenso o certamente, todavia em decisão final os conselheiros optaram por aceitar a utilização dos robôs no certame não referendaram a liminar concedida em total afronta aos princípios que norteiam a administração pública e em especial o regime licitatório.

Após a decisão do TCE, o certame foi homologado sem abertura de prazos recursais em via administrativa para a Impetrante, decisão esta que foi retificada após questionamento do representante da impetrante junto às autoridades coatoras.